

CARMAGNANI (Marcello). — *Les mécanismes de la vie économique dans une société coloniale: le Chili (1680-1830)*. Paris. SEVPEN. Coleção "Monnaie-Prix-Conjuncture". École Pratique des Hautes Études. Centre de Recherches Historiques. VI Section. 1973. 392 pp. Preço: 98 F.

Esta obra se propõe analisar os mecanismos essenciais da vida econômica chilena. Ainda que o Chile fosse considerado, até sua independência, como a menos importante das colônias espanholas da América, seu estudo vai além dos estreitos limites de suas fronteiras e seu estudo se entrosa com o de outras regiões da América espanhola.

Para apreender esses mecanismos, o autor reconstruiu a evolução da produção agrícola e mineira, do comércio externo e interno do Chile, baseado em numerosas séries de impostos e de preços extraídos dos fundos de arquivos chilenos e espanhóis.

Essa pesquisa quantitativa, que apoia igualmente sobre fontes qualitativas, põe em evidência a interdependência dos fatores internos e externos, que colocou o Chile sob o domínio da Espanha e através dela, dos principais países da Europa ocidental.

Até 1730 mais ou menos, o Chile não dispunha ainda de uma economia nacional, mas somente de três regiões quase independentes entre elas. Foi então que a demanda do ouro, prata e cobre chilenos pelos países europeus, por intermédio da Espanha, aumentou ao ponto de criar novas relações entre as próprias economias regionais. Ela introduziu um sistema de dominação entre Santiago e a província, favorecendo a formação de um mercado "nacional".

Esse desequilíbrio das relações externas e inter-regionais reduziu a economia chilena a um estado de sujeição face às potências européias. Através da história desses mecanismos, vê-se esboçar os traços característicos do sub-desenvolvimento que não cessarão de se acentuar durante o século XIX.

M. R. C. R.

\* \*

\*

NICODEMOS (José Pedro). — *A contribuição historiográfica de Frei Vicente do Salvador*. Prefácio de Juarez da Gama Batista. Universidade Federal da Paraíba. Imprensa Universitária. 1971, 137 pp.

Temos a grata satisfação de assinar esta breve resenha de uma obra que proporcionou ao seu Autor o primeiro prêmio, concedido em concurso de âmbito nacional, emanado do Departamento Cultural da Universidade Federal

da Paraíba, “em comemoração do IV Centenário do nascimento de Frei Vicente do Salvador e para estudo sobre a sua obra”.

Realmente, o Prof. Nicodemos, com relevante folha de serviços prestados à cultura, titular da cadeira de História do Brasil da Universidade Federal da Paraíba escreveu uma obra digna de particular atenção, uma vez que seu objetivo é resumir numa síntese clara e precisa tudo o que foi até então escrito sobre o frade baiano, numa abordagem que, sem ser exaustiva, apesar da amplitude do assunto, corresponde às exigências da historiografia atual.

O primeiro capítulo é dedicado ao problema dos “critérios periodológicos da literatura nacional” (p. 3-4), em especial quando estudam a época colonial e as contribuições a um só tempo historiográficas e literárias dos séculos XVI e XVII; já o segundo trata do espírito que norteia essa época e das duas filosofias coexistentes, ou melhor, dos “dois humanismos”, o medieval teocêntrico e o antropocêntrico (p. 8). O capítulo seguinte cuida das origens do historiador, sua vida, carreira eclesiástica e de sua vocação para historiador.

Com relação à *História do Brasil* de Frei Vicente — a primeira obra no gênero, escrita por um brasileiro — o quarto capítulo mostra como ela foi casualmente encontrada por um livreiro que a doou à Biblioteca Nacional, suas edições, as fontes utilizadas pelo Frei, seu estilo “com aspecto de poema histórico em prosa” (p. 28). Os capítulos seguintes, ou seja, do quinto ao décimo tecem uma análise dessa obra ultimada em 1627, uma abstração do “todo complexo permitindo a avaliação da multiplicidade de aspectos estruturais. De componentes ideológicos e materiais na interação dinâmica do processo sócio-cultural-histórico” (p. 29).

Considerando-se que Frei Vicente realizou, no dizer de Capistrano, “uma história quase mítica, o décimo capítulo desenvolve a problemática da mitificação da história enriquecida com abundantes exemplos de mitos anotados na *História do Brasil* de Frei Vicente e em trabalhos de seus antecessores. O décimo primeiro capítulo é sequência natural do anterior, destacando a “associação do mito ao sobrenatural cristão” (p. 120) e “a interferência do sobrenatural do providencialismo, suprimindo as deficiências da força humana” (p. 125) no processo histórico da colonização.

Além do mítico e do teológico, não falta à *História do Brasil* material de caráter sociológico, daí o título de “Antecipações sociológicas” dado pelo Prof. Nicodemos ao capítulo final de sua obra. Na verdade, além de narrador político, administrativo, mítico, teológico, pode-se considerar Frei Vicente um pioneiro e “intuitivamente um historiador social” sugestivo, inesperado, contraditório, misterioso, cômico, alegre, trágico, falível, rotineiro, eterno (p. 135).

É de se destacar o mérito e a felicidade do Autor laureado, que, graças ao seu invulgar talento, seu caráter sistemático, sua erudição e espírito arguto,

vem facilitar sobremaneira, o estudo de aspectos ainda não explorados da obra seiscentista.

Por último, embora o Autor queira que se considere sua “Contribuição Historiográfica de Frei Vicente do Salvador” como mero *approach* do que lhe ocorreu nas suas leituras, a sua contribuição é bastante válida na medida em que presta inestimável serviço aos que cultivam a historiografia pátria, especificamente a dos séculos XVI e XVII, de onde se conclui o acerto da comissão de escritores em atribuir o primeiro prêmio ao trabalho do Prof. Nicodemos.

*EUZA ROSSI DE AGUIAR FRAZÃO*

\* \*

\*

ARNAUD (Expedito). — *Aspectos da Legislação sobre Índios do Brasil*. Publicações Avulsas do Museu Goeldi, nº 22, Belém, 1973, 45 p.

O Autor, Bolsista do CNPq junto ao Museu Emílio Goeldi, dividiu o estudo da legislação relativa aos índios do Brasil em três períodos: Colonial, Imperial e Republicano.

Baseando-se em citações bibliográficas de outros estudiosos do assunto — desde que E. Arnaud infelizmente não realizou pesquisa nos Arquivos — o Autor tenta reconstruir os principais passos ou características da legislação antiga no tocante à população indígena. Ensina-nos, logo no início, que não obstante a existência de um *breve* do Papa Paulo III (1537), e da célebre *bula* de Urbano VIII (1539), que consideravam os silvícolas americanos recém-contactados com os cristãos, como verdadeiros homens, isto é, portadores de uma alma imortal, logo capazes da fé cristã, com direito à liberdade e domínio de seus bens, isto mesmo se ainda não tivessem sido evangelizados, sendo excomungados os que ofendessem as suas liberdades, não obstante tal determinação papal, o certo é que os atos do governo e dos colonos no Brasil contrariavam quase sempre tais ensinamentos: a escravização, ou quando esta era impossível, o simples extermínio, foram a maneira mais habitual de relacionamento dos brancos com os ameríndios. No tempo do Marquês de Pombal, no entretanto, adota-se nova política também no tocante ao *gentio*: da-se total liberdade aos índios, tornando-os iguais aos demais súditos da Coroa, com todos os privilégios, honras e isenções (p. 10). E como, sobretudo no extremo Norte e nas áreas de fronteira, a densidade demográfica de colonos brancos era extremamente baixa, Pombal insiste no casamento inter-étnico (de brancos com índias), isto com o escopo de se efetivar a ocupação e garantir a posse de tais áreas pela Coroa Portuguesa. A *assimilação* é a palavra de ordem. Além disso, durante este período, os religiosos e missionários perdem o poder temporal sobre as antigas missões, sendo